TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

PAE n°: 22.922/2020

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Renovação anual do licenciamento do sistema web Gestão Tributária

1.2 Unidade Demandante

Unidade	COFIC - Coordenadoria de Orçamento, Finanças e	**Data**	26/06/2020
Responsável pela demanda	José Luiz Sobierajski Júnior		

1.3 Vinculação ao Plano de Aquisições

Item do plano: 18 - Solução de software para a gestão tributária

1.4 Valor Estimado

R$ 4.794,00

2 Contexto

2.1 Motivação

Solução tecnológica de apoio à pesquisa e consulta da legislação tributária, com foco especial na incidência das retenções na fonte, relativas ao INSS, IRRF, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/PASEP e COFINS) e ISS, nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas, sob responsabilidade do órgão.

2.2 Resultados Esperados

Ter disponível um acervo de normas tributárias permanentemente atualizado, com a facilidade de consulta on-line da legislação, sobretudo, a pertinente à tributação incidente na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS) sobre os pagamentos, sendo mais uma ferramenta para o desenvolvimento do trabalho na COFIC, em particular, da SPPAT.

2.3 Alinhamento Estratégico

AE26, IN10

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

[ ] Menos de 1 ano [x] De 1 a 3 anos [ ] Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas

[ ] 1 unidade [ ] 2 unidades [ ] 3 unidades [x] Mais de 3 unidades

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Nádia Issa Musse
Telefone	7431
E-mail	nmusse@tre-sc.jus.br
Nome do Servidor (substituto)	Ana Claudia da Silva Gubert
Telefone	7430
E-mail	agubert@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

SAS - Seção de Administração de Sistemas

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

Renovação da assinatura do sistema web Gestão Tributária, de titularidade da Open Treinamentos e Editora Ltda., solução tecnológica de apoio no trabalho relacionado às retenções na fonte dos impostos e contribuições incidentes nos pagamentos, sob responsabilidade do órgão, pelo período de 12 meses.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Sumário

1 Análise de Viabilidade da Contratação 3
1.1 Contextualização 3
1.2 Equipe de Planejamento da Contratação 3
1.3 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda 3
1.3.1 Requisitos Funcionais 3
1.3.2 Requisitos Não Funcionais 4
1.3.3 Requisitos Externos 4
1.4 Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado 4
1.5 Contratações Públicas Similares 5
1.6 Outros Produtos/Serviços Disponíveis 5
1.7 Alternativas de Software Livre ou Público incluindo Portal do Software Público Brasileiro 5
1.8 Análise dos Produtos/Serviços Identificados 5
1.9 Custos Totais da Demanda 6
1.10 Escolha e Justificativa do Objeto 6
1.10.1 Descrição do Objeto 7
1.10.2 Alinhamento do Objeto 7
1.10.3 Benefícios Esperados 7
1.10.4 Relação entre a Demanda Prevista e Contratada 7
1.11 Adequação do Ambiente 7
1.12 Orçamento Estimado 8
2 Declaração de Viabilidade ou não da contratação 8
Com base nas informações levantadas, a equipe de planejamento manifesta-se pela viabilidade da contratação. 8
Anexo A - Lista de Potenciais Fornecedores 9

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Análise de Viabilidade da Contratação

1.1 Contextualização

O TRESC, como órgão da administração pública federal, está obrigado a proceder diversos recolhimentos tributários nos pagamentos aos prestadores de serviços contratados, assim como nas aquisições de materiais.
O foco da atividade desta unidade está na pesquisa e na análise da legislação, da doutrina e da jurisprudência envolvendo as áreas tributária e previdenciária, entre outras, destinadas a fundamentar as definições das incidências de tributos na fonte.

O uso do sistema web Gestão Tributária tem se apresentado como uma importante ferramenta de consulta, pois disponibiliza um banco de dados das normas tributárias permanentemente atualizado. Além disso, disponibiliza a ferramenta GT Fácil, onde são realizadas consultas específicas, de acordo com a natureza jurídica do tomador e prestador de serviços, quanto à obrigatoriedade da retenção na fonte dos impostos e contribuições incidentes nas contratações realizadas pelo órgão.

Em face às atividades desenvolvidas na Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária, assim como na Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, o sistema auxilia o trabalho na apuração e recolhimento dos principais tributos, com foco na incidência das retenções e encargos relativos ao INSS, IRRF, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/PASEP e COFINS) e ISS na fonte nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas.

1.2 Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante	Nádia Issa Musse
Substituto	Ana Claudia da Silva Gubert
Integrante Técnico	André Mello Barotto
Substituto	Mauro Macedo
Integrante Administrativo	Giovanni Turazzi
Substituto	Victor Pereira de Castro

1.3 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

Trata o presente documento da necessidade de renovação da assinatura do sistema web Gestão Tributária, de titularidade da Open Treinamentos e Editora Ltda., solução tecnológica de apoio no trabalho relacionado às retenções na fonte dos impostos e contribuições incidentes nos pagamentos, sob responsabilidade do órgão, pelo período de 12 meses.

1.3.1 Requisitos Funcionais

Ferramenta de consulta online da tributação na fonte por tipo de serviço;

a) A ferramenta deve abranger orientações acerca das retenções de INSS, Imposto de Renda, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS) e ISS - Imposto Sobre Serviços, diferenciando a natureza jurídica do contratado.

a.1) Na consulta, quando o serviço for prestado por Microempreendedor Individual, indicar no resultado, se o tipo de serviço pode ser exercido por MEI;

b) A ferramenta de consulta deve diferenciar o tratamento dos entes contratantes de acordo com sua natureza jurídica. No nosso caso, o sistema deve apresentar orientações próprias contidas nas normas específicas aplicadas aos Órgãos Públicos Federais;

c) Na contratação de pessoas físicas autônomas, a ferramenta de consulta deve abranger:

- a incidência do INSS, tanto a retenção na fonte, como a contribuição patronal;

- a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte;

d) A feramenta deve permitir consulta relativa à tributação na fonte pelo código da atividade ou sua descrição na Lei Complementar n. 116/2013, ou ainda, pelo CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas);

e) Disponibilizar as atualizações sem custo adicional;

f) Cadastro mínimo de 3 usuários.

g) Manter o site e a ferramenta de consulta disponível ininterruptamente pelo período da assinatura.

Acesso a banco de dados sobre legislação tributária, com boa organização para pesquisa e permanentemente atualizada;

a) O ambiente de pesquisa deve oferecer a possibilidade de identificar a natureza jurídica do contratante, vinculando essa à consulta da legislação, realizada por meio de filtros específicos;

b) O ambiente da solução tecnológica (site), onde são realizadas as pesquisas, deve apresentar um ambiente preciso e objetivo, com conteúdo de fácil localização, seleção e voltado às informações de relevância às entidades públicas da esfera federal; a abrangência de tributos como ICMS ou IPI, entre outros, cujas legislações têm muita pouca relevância para as instituições públicas, apenas polui o ambiente do site, atrapalhando com temas complexos e sem importância ou interesse para nós, órgãos públicos federais.

c) Recursos multimídias para exibição de conteúdo.

1.3.2 Requisitos Não Funcionais

Não se aplica.

1.3.3 Requisitos Externos

A empresa deverá disponibilizar canais para suporte em caso de dúvidas na utilização de recursos.

1.4 Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

Podemos citar três empresas que licenciam softwares web para acesso a banco de dados e que possuem ferramenta de consulta online da tributação na fonte por tipo de serviço (simulador): IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.; Econet Editora e Consultoria Empresarial Ltda.; Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. No entanto, apenas a solução do sistema web Gestão Tributária da Open Treinamentos atende a todos os requisitos especificados no item 1.3.1, conforme análise descrita no item 1.8.

1.5 Contratações Públicas Similares

Produto/Serviço 03	Licenciamento anual do Sistema Web Gestão Tributária
Instituição Pública	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Fornecedor	OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORIAL LTADA - EPP
Descrição	Plataforma on-line “Gestão Tributária” (GT-FÁCIL). Assinatura pelo período de 12 meses;
Valor Estimado	R$ 7.188,00
Observações	Valor relativo à aquisição de plano de assinatura diferente ao solicitado em tela (6 usuários e 500 consultas/mês)

Produto/Serviço 04	Licenciamento anual do Sistema Web Gestão Tributária
Instituição Pública	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - BA
Fornecedor	OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORIAL LTADA - EPP
Descrição	Plataforma on-line “Gestão Tributária” (GT-FÁCIL). Assinatura pelo período de 12 meses;
Valor Estimado	R$ 7.188,00
Observações	Valor relativo à aquisição de plano de assinatura diferente ao solicitado em tela (6 usuários e 500 consultas/mês)

1.6 Outros Produtos/Serviços Disponíveis

Não se aplica.

1.7 Alternativas de Software Livre ou Público incluindo Portal do Software Público Brasileiro

Não aplicável.

1.8 Análise dos Produtos/Serviços Identificados

Na análise das soluções disponíveis, citadas no item 1.4, foram identificadas várias diferenças entre os sistemas.
Apesar dos sistemas da IOB e da Econet também possuírem ferramenta de consulta online da tributação na fonte por tipo de serviço, listamos, abaixo, características (facilidades) que apenas a ferramenta da Open (GT-Fácil) oferece:
- aborda a incidência (recolhimento) do INSS na contratação de pessoas físicas autônomas (contribuição patronal e retenção na fonte) e de cooperativas de trabalho;

- permite diferenciar a natureza jurídica do contratado (pessoa física, pessoa jurídica, cooperativa de trabalho ou MEI), oferecendo orientação específica para cada caso;
- identifica quando um serviço não pode ser executado por MEI;
- abrange a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas;
- permite consulta da tributação pelo código da atividade ou sua descrição na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Com relação ao banco de dados com informação sobre legislação tributária, os sites da IOB e da Econet apresentam informações dos principais tributos devidos pelas empresas em geral, como ICMS, IPI, IOF, Imposto de Exportação, Imposto de Importação, etc., com publicações diárias a respeito desses tributos. O resultado disso é um ambiente com uma imensa quantidade de informações irrelevantes para nós, órgãos públicos federais. Na prática, esse grande volume de leis, instruções normativas e outras normas que se aplicam apenas às empresas privadas atrapalham o nosso trabalho de pesquisa. A Open oferece um site com foco no recolhimento dos principais tributos devidos por entidades públicas, não abordando tributos como os citados anteriormente ou legislação relativa à incidência dos tributos federais devido sobre o faturamento e/ou lucro das pessoas jurídicas. O sistema da Open, Gestão Tributária, faz uma vinculação das normas de acordo com a natureza jurídica do contratante. Possui filtro de pesquisa de acordo com a natureza jurídica do contratante e, também, para pesquisa de acordo com a obrigação examinada.
Releva salientar que o site Gestão Tributária, por ter o foco voltado para os entes públicos, facilita o uso do sistema, tanto no que diz respeito às pesquisas de legislação tributária, como a localização de conteúdo e artigos, filtrando e direcionando para a abordagem das retenções e encargos incidentes na fonte na contratação de pessoas físicas e jurídicas, no tocante ao INSS, IRRF, Contribuições Sociais na fonte e ISS. Otimiza, assim, tempo, recursos e a qualidade dos resultados. Ademais, o site Gestão Tributária oferece vídeos explicativos sobre temas polêmicos, cujas abordagens são mais complexas.
Por último, o plano de assinatura denominado “prata” disponibiliza 100 consultas/mês no simulador GT-Fácil, o que se mostra adequado para a demanda do serviço das unidades envolvidas. Esse plano inclui o cadastro de três usuários, atendendo a necessidade das unidades da COFIC, já que abrange, também, a Seção de Contabilidade, responsável pela pesquisa de normas relativas à retenção tributária na fonte, incidente na documentação fiscal relativa aos Suprimentos de Fundos.

1.9 Custos Totais da Demanda

R$ 4.794,00.

1.10 Escolha e Justificativa do Objeto

O foco da atividade desta unidade está na pesquisa e na análise da legislação, da doutrina e da jurisprudência envolvendo as áreas tributária e previdenciária, entre outras, destinadas a fundamentar as definições das incidências de tributos na fonte.
Considerando as dificuldades que a legislação tributária brasileira apresenta, e especial no que diz respeito às suas imprecisões e complexidade, além do acompanhamento da atualização permanente de suas normas, é importante ter disponível uma solução tecnológica de apoio para pesquisa e consulta da mencionada legislação.

Em face às atividades desenvolvidas na Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária, assim como na Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, o sistema auxiliará o trabalho na apuração e recolhimento dos principais tributos incidentes na fonte, com foco nas retenções e encargos relativos ao INSS, IRRF, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/PASEP e COFINS) e ISS nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas.

Salienta-se que o cadastro de três usuários abrange, também, a Seção de Contabilidade, responsável pela pesquisa de normas relativas à retenção tributária na fonte, em especial do ISS, incidente na documentação fiscal relativa aos Suprimentos de Fundos.

1.10.1 Descrição do Objeto

Descrito no item 1.3.1.

1.10.2 Alinhamento do Objeto

Pessoas/Recursos 1 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas – Minimização de equívocos de interpretação normativa; 2 - Fortalecimento da governança - aumento da qualidade na produtividade.

1.10.3 Benefícios Esperados

Devido à necessidade de respostas céleres, muitas vezes urgentes, e precisas por parte desta unidade no que diz respeito às obrigações tributárias incidentes nas contratações realizadas pelo TRESC, a aquisição de um sistema de soluções tecnológicas de apoio à pesquisa da legislação tributária permitirá, de forma dinâmica e objetiva, a análise e o estudo sobre a incidência na fonte do INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS nas despesas realizadas pelo órgão, alcançando maior eficácia e eficiência.

Ademais, observa-se que as normas tributárias vigentes apresentam diversas imprecisões, acentuando o nível de complexidade e dificuldade encontrada no estudo dessas normas. O acesso a um banco de dados atualizado otimizará tempo e recursos na solução de demandas, pois o volume excessivo de processos de pagamentos a fornecedores e documentos fiscais vinculados ao suprimento de fundos, sobrecarrega as seções envolvidas.

1.10.4 Relação entre a Demanda Prevista e Contratada

Não se aplica.

1.11 Adequação do Ambiente

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não há necessidade de adequação.
Infraestrutura Elétrica	Não há necessidade de adequação.
Logística de Implantação	Não há necessidade de adequação.
Espaço Físico	Não há necessidade de adequação.

Mobiliário	Não há necessidade de adequação.
Impacto Ambiental	Não há necessidade de adequação.

1.12 Orçamento Estimado

R$ 4.794,00.

2 Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Com base nas informações levantadas, a equipe de planejamento manifesta-se pela viabilidade da contratação.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo A - Lista de Potenciais Fornecedores

A Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. detém exclusividade do produto Sistema Web de Gestão Tributária, conforme declaração de exclusividade anexa ao processo.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Renovação da assinatura do sistema web Gestão Tributária, de titularidade da Open Treinamentos e Editora Ltda., solução tecnológica de apoio no trabalho relacionado às retenções na fonte dos impostos e contribuições incidentes nos pagamentos, sob responsabilidade do órgão, pelo período de 12 meses.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Objeto da Contratação

Renovação da assinatura do sistema web Gestão Tributária, de titularidade da Open Treinamentos e Editora Ltda., solução tecnológica de apoio no trabalho relacionado às retenções na fonte dos impostos e contribuições incidentes nos pagamentos, sob responsabilidade do órgão, pelo período de 12 meses.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

O foco da atividade desta unidade está na pesquisa e na análise da legislação, da doutrina e da jurisprudência envolvendo as áreas tributária e previdenciária, entre outras, destinadas a fundamentar as definições das incidências de tributos na fonte.
Considerando as dificuldades que a legislação tributária brasileira apresenta, e especial no que diz respeito às suas imprecisões e complexidade, além do acompanhamento da atualização permanente de suas normas, é importante ter disponível uma solução tecnológica de apoio para pesquisa e consulta da mencionada legislação.

Em face às atividades desenvolvidas na Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária, assim como na Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, o sistema auxiliará o trabalho na apuração e recolhimento dos principais tributos incidentes na fonte, com foco nas retenções e encargos relativos ao INSS, IRRF, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/PASEP e COFINS) e ISS nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas.

2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Devido à necessidade de respostas céleres, muitas vezes urgentes, e precisas por parte desta unidade no que diz respeito às obrigações tributárias incidentes nas contratações realizadas pelo TRESC, a aquisição de um sistema de soluções tecnológicas de apoio à pesquisa da legislação tributária permitirá, de forma dinâmica e objetiva, a análise e o estudo sobre a incidência do INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS nas despesas realizadas pelo órgão, alcançando maior eficácia e eficiência.

Ademais, observa-se que as normas tributárias vigentes apresentam diversas imprecisões, acentuando o nível de complexidade e dificuldade encontrada no estudo dessas normas. O acesso a um banco de dados atualizado otimizará tempo e recursos na solução de demandas, pois o volume excessivo de processos de pagamentos a fornecedores e documentos fiscais vinculados ao suprimento de fundos, sobrecarrega as seções envolvidas.

2.3 Alinhamento Estratégico

AE26, IN10

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Estudos Preliminares juntado ao PAE n. 22.922/2020.

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Assinatura do sistema web Gestão Tributária, pelo período de 12 meses, com cadastro para 3 (três usuários) simultâneos.

2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

2.7.1. **Ferramenta de consulta online da tributação na fonte por tipo de serviço;**

a) A ferramenta deve abranger orientações acerca das retenções de INSS, Imposto de Renda, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS) e ISS - Imposto Sobre Serviços, diferenciando a natureza jurídica do contratado.

a.1) Na simulação, quando o serviço for prestado por Microempreendedor Individual, indicar, no resultado da consulta, se o tipo de serviço pode ser exercido por MEI;

b) A ferramenta deve diferenciar o tratamento dos entes contratantes de acordo com sua natureza jurídica. No nosso caso, orientações contidas nas normas específicas aplicadas aos Órgãos Públicos Federais;

c) Na contratação de pessoas físicas autônomas, a pesquisa deve abranger:

- a incidência do INSS, tanto a retenção do INSS na fonte, como a contribuição patronal;

- a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte;

d) A ferramenta deve possibilitar a pesquisa relativa à tributação na fonte pelo código da atividade ou sua descrição na Lei Complementar n. 116/2013, ou ainda, pelo CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas);

e) Disponibilizar as atualizações sem custo adicional;

g) Cadastro mínimo de 3 usuários.

h) Manter o site e a ferramenta de simulação disponível ininterruptamente pelo período da assinatura.

2.7.2. **Acesso a banco de dados sobre legislação tributária, com boa organização para pesquisa e permanentemente atualizada;**

a) o ambiente de pesquisa deve oferecer a possibilidade de identificar a natureza jurídica do contratante, vinculando essa à consulta da legislação, realizada por meio de filtros específicos;

b) o ambiente da solução tecnológica (site) onde serão realizadas as pesquisas deve apresentar-se o mais preciso e objetivo possível, com conteúdo de fácil localização, seleção e voltado às informações de relevância às entidades públicas da esfera federal; a abrangência de tributos como ICMS ou IPI, cujas legislações têm muita pouca relevância para as instituições públicas, apenas polui o ambiente do site, atrapalhando com temas complexos e sem importância ou interesse para nós, órgãos públicos.

c) Recursos multimídias para exibição de conteúdo.

2.8 Serviços Adicionais

Não há serviços adicionais a serem contratados.

2.9 Parcelamento e Adjudicação

A contratação não comporta parcelamento.

2.10 Seleção do Fornecedor

A contratação se dará por meio de inexigibilidade de licitação, eis que apenas uma empresa comercializa o presente produto.

2.10.1 Critérios de Habilitação

A empresa deverá apresentar regularidade fiscal e trabalhista; comprovar a exclusividade na comercialização do sistema.

2.10.2 Critérios Técnicos Obrigatórios

A empresa contratada deve permitir acesso simultâneo dos usuários cadastrados.

2.10.3 Critérios Técnicos Opcionais (Licitação tipo "melhor técnica" e "técnica e preço")

Não se aplica.

2.10.4 Critérios de Preferência e de Desempate

Não se aplica.

2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto será contratado por inexigibilidade de licitação.

2.12 Impacto Ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não há necessidade de adequação.
Infraestrutura Elétrica	Não há necessidade de adequação.
Logística de Implantação	Não há necessidade de adequação.
Espaço Físico	Não há necessidade de adequação.
Mobiliário	Não há necessidade de adequação.
Impacto Ambiental	Não há necessidade de adequação.

2.13 Obrigações da Contratante

a) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;
b) Promover, através de seu representante, o Chefe da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária, ou seu substituto, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

2.14 Obrigações da Contratada

a) Manter o sistema disponível ininterruptamente pelo período da assinatura;
b) Disponibilizar o acesso eletrônico ao sistema e canais para suporte em caso de dúvidas na utilização dos recursos;
c) Manter a ferramenta atualizada quanto às normas tributárias vigentes;
d) Disponibilizar a consulta simultânea de 3 (três) usuários cadastrados.

2.15 Custo estimado da contratação

R$ 4.794,00.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Os requisitos estão descritos no item: 2.7.1.

3.1.1 Marcas e Modelos/Códigos de Referência

Não se aplica.

3.1.2 Vigência

O presente Contrato terá vigência de 1 ano a partir da data da sua assinatura.

Florianópolis, em ___ de _____de _____.

Nádia Issa Musse	André Mello Barotto	Giovanni Turazzi
Integrante Demandante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A empresa contratada deverá permitir acesso simultâneo dos usuários cadastrados, assim como manter o site e as ferramentas de consulta disponível ininterruptamente pelo período da assinatura.

No caso de eventual descumprimento das premissas anteriores, o fiscal do contrato entrará em contato com a empresa, por telefone ou e-mail, a fim de que a situação seja imediatamente regularizada.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Trata-se de um sistema web de consultas. De acordo com a demanda, serão realizados contatos, virtualmente, com consultores ou técnicos de suporte.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A renovação da assinatura deve permitir a continuidade do acesso ao sistema e conteúdos digitais.

Id.	Etapa	Entregas	Data	Responsável
1	Renovação da assinatura do sistema	única	24/08/2020	Empresa contratada
2				
3				

1.3. Instrumentos Formais

Proposta da empresa para a contratação, emissão de Nota de Empenho e nota fiscal de prestação de serviços.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica.

1.5. Acompanhamento do Contrato

A comunicação entre o órgão e a contratada poderá se dar no próprio sistema, no site da empresa, por e-mail ou telefone. O chefe da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária, ou seu substituto, será responsável pelo acompanhamento da execução da contratação.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

A execução do objeto da contratação será verificada mediante o cadastro e acesso de 3 usuários a todos os conteúdos do sistema, especificados neste PB.

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica.

1.11. Descumprimento Contratual

No caso de eventual descumprimento das obrigações estabelecidas, ou seja, bloqueio, impedimento ou interrupção de acesso ao sistema, o gestor da contratação entrará em contato com a empresa, por telefone ou e-mail, a fim de que a situação seja imediatamente regularizada. Permanecendo a irregularidade, a Secretaria de Administração e Orçamento será informada, de modo a que sejam aplicadas eventuais penalidades cabíveis.

1.12. Penalidades

Art. 86 da Lei n. 8666/93:

- Atraso injustificado na execução/entrega: multa de 0,5% ao dia;

Art. 87 da Lei n. 8666/93:

- Atrasos superiores a 30 dias serão considerados inexecução contratual. Inexecução total ou parcial do objeto pactuado: a) advertência; b) multa de 20% do valor contratado.

Recursos: caberá recurso no prazo de 5 dias úteis da intimação, devendo o mesmo ser dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio da Sec. de Administração e Orçamento, a qual poderá rever a sua decisão em 5 dias úteis ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão.